REFLEXÃO

O BRASIL EM MUDANÇA

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

A dúvida é o princípio da sabedoria.

Aristóteles

O RESULTADO das urnas, em outubro de 2018, foi algo impressionante mesmo aos mais otimistas. As mudanças tanto no Legislativo quanto no Executivo mostraram por que a democracia é, apesar dos seus problemas, o melhor regime político que se conhece. Após um longo período de erros e excessos, o povo reage e promove uma mudança gigantesca no cenário político elegendo novos nomes, eliminando velhos caciques e instalando, novamente, a esperança.

As reações na mídia e nas redes sociais sobre as eleições revelam o quanto o Brasil corria riscos de continuar no trilho do que se chamava esquerda bolivariana ou, em modos mais "ladinos", uma modernidade conveniente aos políticos dominantes que se autodenominam "progressistas". Todos que não rezam na sua cartilha são conservadores ou atrasados. A verdade é que muitos progressistas foram demitidos pelo povo brasileiro e que muitos nomes novos surgiram, o que é formidável!

Momentos raros como este que estamos vivendo no Brasil merecem ser apreciados ao máximo. Afinal, a volta da esperança é como o sorriso no rosto da criança: é tão lindo e comovente que faz a vida valer a pena!

Independentemente do rótulo de conservador ou progressista, vamos valer-nos das palavras de Clarice Lispector: "Chega de desculpas e velhas atitudes! Que o novo traga vida nova, como o rio que sai lavando e levando tudo por onde passa". São estas palavras que colocam luz sobre as mudanças que esperamos.

O Brasil vive uma série de contrastes radicais – muito usados por políticos do "nós contra eles" –, que precisam ser atacados visando reduzir as distâncias que fazem o País tão socialmente injusto. Por outro lado, as mudanças pregadas por quem venceu as eleições devem estar refletidas não somente nos nomes dos ministros e nos Ministérios (o que já é uma mudança esperada), mas também na estrutura operativa do governo federal.

Tem-se agências reguladoras, que não fazem política pública, mas somente as regulam; tem-se temas prioritários a um Brasil que precisa crescer sustentavelmente e rapidamente e somente o fará com estreita integração de um Executivo que trabalhe nas prioridades do País, e não somente nas dos vários Ministérios.

No caso do agronegócio, com suas cadeias produtivas longas e variadas, essa questão chama a atenção de quem busca a mudança no sentido efetivo:

a) Imagine empresas de insumos modernos investindo bilhões de dólares em novas moléculas para controlar pragas e doenças no nosso mundo tropical e dependendo de três Ministérios diferentes para obter aprovação. Isso tem levado dez anos.

b) Imagine uma nova lei – a do RenovaBio – para valorizar a biomassa brasileira substituindo o uso do carbono fóssil, com vários Ministérios participando, mas o maior interesse sendo do agro.

c) Imagine a questão da conectividade – que é uma parte importante da infraestrutura no País, suprindo a necessidade de sinais para a tecnologia de GPS – e o quanto isso traria desenvolvimento ao agro.

Como integrar esses assuntos como prioridade? Essa é uma clara preocupação da ABAG, que somente vê isso sendo feito por meio de uma matriz formal no governo federal comandada por um Ministério moderno e composto por membros dos setores público e privado. Isso seria uma mudança efetiva! ■

